



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 851/2013

Assunto: Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para efeitos de envio à Assembleia Municipal.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

Serviço: DMPRGU / DPRU

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 199/CM/2013, a Câmara Municipal aprovou, na sua reunião pública realizada no dia 27 de março de 2013, a abertura de período de divulgação pública da proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para imóveis desafetos do domínio público militar, de acordo com o artigo 157.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2013) e o artigo 97.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT);

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 97.º-B do RJIGT, não houve lugar a ponderação dos resultados da apreciação pública, em virtude de não terem sido recebidas participações no prazo concedido para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, o qual decorreu entre 22 de abril e 11 de junho de 2013;

A deliberação municipal que determinou a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contendo a solução integradora que resulta da aplicação das normas aplicáveis às parcelas confinantes dos imóveis em causa, foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT), em conformidade com o disposto no artigo 78.º e no n.º 6 do artigo 97.º-B do RJIGT;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

A CCDR-LVT verificou que a Câmara Municipal de Lisboa acautelou o cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes e respeitou os instrumentos de gestão territorial eficazes e, nesse sentido, emitiu parecer favorável;

Fazem parte da presente Proposta:

- O projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa;
- O Parecer da CCDR-LVT, recebido a coberto do Ofício n.º S08539-201308-VP, 16.05.05.00001.2013;
- A Informação Técnica INF/96/DMPRGU/DPRU/13.

A competência para aprovação da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa é da Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada por esta Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 6 do artigo 97.º-B do RJIGT.

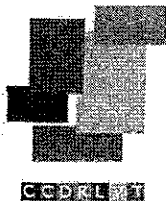
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 6 do artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, este último aditado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

Lisboa, Paços do Concelho, 21 de Novembro de 2013.

O Vereador

Manuel Salgado



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Gabinete Director
26/08/2013
Assinatura
Direcção Municipal de Planeamento,
Reabilitação e Gestão Urbanística

851/2013
111



Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Campo Grande, 25
1749-099 LISBOA

S08539-201308-VP-S - 19-08-2013

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
OF/24/DPMPRGU/DPRU/13	25.JUN.2013	S08539-201308-VP	
		16.05.05.05.00001.2013	

ASSUNTO: Alteração Simplificada ao PDM de Lisboa - Imóveis desafetos do domínio público militar

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que da análise dos elementos enviados se verificou que, neste procedimento de alteração simplificada ao PDM, a CM Lisboa acautelou o cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes e respeitou os instrumentos de gestão territorial eficazes.

Nesse sentido emite-se parecer favorável, no âmbito do artigo 78º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro.

Com os meus cumprimentos

O Vice-Presidente

Joaquim Sardenha

Joaquim Sardenha

Ant. Paulo Reis
O Director Municipal

Jorge Catarino Tavares
27.08.13
Jorge Catarino Tavares
Direcção Municipal de Planeamento,
Reabilitação e Gestão Urbanística

Para a Sr.ª Chá Milreu, chefe da Divisão do PDM.

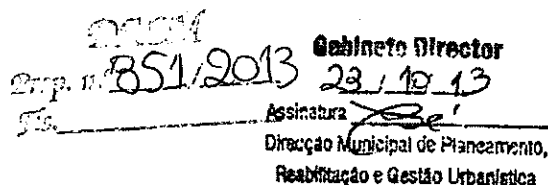
Para os devidos efeitos - TI Director do Departamento.
Edmundo Augusto



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Rua Artilharia Um, 33 - 1269-145 Lisboa - Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
Rua Braamcamp, 7 - 1250-048 Lisboa - Tel. 218 109 300 - Fax 210 101 302
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santa Maria da Feira - Tel. 243 623 173 - Fax 243 623 289
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha - Tel. 262 841 880 - Fax 262 842 837

29.8.13



Concetto
sintetico e glorioso
di Camore.

Exmo. Senhor(a)
Diretor de Departamento de Planeamento,
Reabilitação e Urbana
Arqt. Paulo Pais

12. R. 13

O Vereador
Manuel Salgado

Data
10-09-2013

Assunto: Aprovação do projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação

Despacho

1. Através da Deliberação n.º 199/CM/2013, a Câmara Municipal aprovou, a 27 de março de 2013, a abertura de período de divulgação pública da proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, de acordo com o artigo 157.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2013) e o artigo 97.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT), para os três imóveis desafetos do domínio público militar que justificam alteração do PDM;
2. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 97.º-B do RJIGT, não houve lugar a ponderação dos resultados da apreciação pública, por não terem sido recebidas participações no prazo concedido para apresentação de reclamações, observações ou sugestões (22 de abril a 11 de junho de 2013);
3. A deliberação municipal que determinou a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contendo a solução integradora que resulta da aplicação das normas aplicáveis às parcelas confinantes dos imóveis em causa, foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT), em conformidade com o disposto no artigo 78.º e no n.º 6 do artigo 97.º-B do RJIGT;

SA. DISTRITO MUNICIPAL
ALQ. Jorge Cárdeno
FERRAZ,
CONCORDIA

O Diretor de Departamento
[Assinatura]
Paulo Prazeres Pais
Departamento de Planejamento e Reabilitação Urbana

23. no. 2013

As. h. Verenden
Comando.
O Director Municipal
J. W. A. H. 4.11.13

Jorge Catarino Tavares
Direcção Municipal de Planeamento,
Reabilitação e Gestão Urbanística



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana
Divisão de Plano Diretor Municipal

4. A CCDR-LVT emitiu parecer favorável à Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa por verificar que a Câmara Municipal acautelou o cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes e respeitou os instrumentos de gestão territorial eficazes;

Conclusão: Neste contexto, o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal está em condições de ser proposto para ser aprovado pela Câmara Municipal para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 6 do artigo 97.º-B do RJIGT.

Anexos:

- Projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa
(a alteração em causa apenas afeta a planta de qualificação do espaço urbano, atendendo a que a planta de condicionantes é de atualização automática);
- Parecer da CCDR-LVT (Ofício n.º S08539-201308-VP,16.05.05.05.00001.2013);

A Chefe de Divisão

Arqt. Célia Milreu



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião Pública de Câmara de 27 de novembro de 2013, a recomendação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

**Recomendação
n.º1/2013**

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Ferreira e Carlos Moura)

Aprovar uma recomendação ao executivo municipal sobre os procedimentos a tomar na receção dos pedidos de informação prévia e ou licenciamento das frações habitacionais ou comerciais, nos termos da recomendação;

(Rejeitada por maioria com 5 votos a favor (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP), 9 votos contra (PS) e 2 abstenções (Ind.))

Proposta n.º 850/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o início do procedimento de Alteração do Plano Diretor Municipal de Lisboa, dos respetivos Termos de Referência e a abertura do período de participação pública preventiva, decorrente da alteração da delimitação territorial do município de Lisboa. nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (8PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP))

Proposta n.º 851/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 869 /2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a autorização de contratação de pessoas singulares, em regime de prestação de serviços, necessárias ao adequado funcionamento da Assembleia Municipal, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 2PPD/PSD, e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Joly* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 27 de novembro de 2013

O Presidente Em Exercício

Fernando Medina
- Fernando Medina -

PROPOSTA 851/2013 – APROVAR O PROJETO DE VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA PARA EFEITOS DE ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, Proposta 851/2013. Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente.

O Dec. Lei 380/99 de 22 de Setembro define que, “estão sujeitos a um regime procedimental simplificado as alterações de Planos Municipais do Ordenamento do Território que resultem da necessidade de integrar lacunas originadas pela cessação de restrições e servidões de utilidade pública, e pela desafetação de bens imóveis do domínio privado indisponível do Estado.” e depois dá duas condições, “quando a área se insere em perímetro urbano,” e “b - quando a área seja igual ou inferior a da maior parcela existente na área envolvente”. E depois define um conjunto de critérios que devem ser seguidos.

O Orçamento do Estado de 2013 faz uma alteração a esta disposição deixando cair a condição de ser a área maior. Mas, portanto, define os municípios têm um prazo para proceder às alterações no PDM por forma a darem novos usos às áreas que são desafetadas. E concretamente há uma resolução de conselho de ministros 94 de 2012 de 13 de Novembro que publicam uma lista de prédios militares em todo o país que devem ser, que se prevê que sejam desafetados do uso militar e que o Governo pretende a sua rentabilização imediata através da venda ou constituição de direito de superfície mediante asta pública, com vista à capitalização de fundo de pensões dos militares das Forças Armadas.

No caso concreto de Lisboa são oito prédios que estão devidamente identificados e que eu podia se iam passando ali num instante que é mais fácil para todos os reconhecerem.

O primeiro prédio diz respeito ao Quartel de Sapadores e integra duas parcelas de terreno que estão integradas no Plano de Urbanização do Vale de Stº. António que já está aprovado, e portanto, já tem os seus usos definidos; parte é espaço verde, é o parque que está previsto e que vem dar à General Roçadas; e parte está previsto como área de edificação.

O segundo prédio é um edifício chamado Casas da Bomba no Castelo de São Jorge, e portanto que também está identificado e que não implica qualquer alteração ao Plano Director Municipal. O anterior também não.

O prédio seguinte é o Bairro Operário da Manutenção Militar na Madre de Deus, que encosta, aliás, com o outro terreno sobre o qual existe uma pretensão urbanística já há anos na Câmara, que é um processo que andou a Estado ao longo do tempo. E que tem também já uma proposta urbanística definida que se integra dentro do Plano Director com o uso também de área central e residencial, portanto não tem necessidade de alterar, não justifica alterar o Plano Director.

Depois há dois prédios na Rua da Junqueira, que são edifícios que também não têm, não implicam qualquer alteração ao Plano Director, na medida que é apenas a desafecção do seu uso e podem ter qualquer outro uso -, habitação, serviços, ou comércio.

Prédio seguinte é a garagem militar na Calçada da Ajuda, relativamente ao qual tem vindo a ser elaborado um Plano de pormenor pela SRU ocidental, e portanto, este Plano de Pormenor respeita o Plano Director Municipal, portanto também não tem implicações relativamente a alterações do Plano Director.

Depois há um outro prédio que é o Palácio da Quinta de Alfarrobeira, portanto, tem na fronteira sul, poente Conde de Almoester, e portanto fica nas traseiras do Califa e é uma instalação que no Plano Director Municipal tem como integrada como área de equipamento, porque foi esse o uso que na altura os militares pretenderam que mantivesse. E portanto, para ser desafetado tem que uma alteração ao Plano de Pormenor. E relativamente a este terreno foi feito um estudo urbanístico. O estudo está ali identificado, e portanto aquilo que se propõe é, de acordo com as regras do Plano Director há um índice de referência que é o índice 1.2 que permite a construção daqueles edifícios que estão sinalizados a cor castanho. E simultaneamente obriga a libertação dum espaço verde que está ali assinalado e para quem conhece a zona encosta ao actual posto de limpeza de Benfica.

De acordo com o nosso Plano Director tem a possibilidade de ter uma majoração do índice para 1.5, e nesse caso isso seria necessário que cedessem para o município, para o Património Municipal o chamado Palácio de Alfarrobeira, que são aqueles dois edifícios que estão ali assinalados, não sei se o Arquitecto Paulo Pais pode assinalar, são aqueles dois edifícios e, portanto, seriam integrados no domínio privado municipal para o uso que o município viesse a definir....

O Sr. Vereador Sá Fernandes :- Onde é que é a área de construção que eu não percebi?

O Sr. Vereador Manuel Salgado :- A área de construção, bom, é assinalar aí esses dois, portanto, e em cima da planta de baixo marcar também, são aqueles blocos que estão ali marcados que são blocos com a mesma altura dos edifícios do lado destinados a habitação e comércio a nível do piso térreo.

O Sr. Vereador Sá Fernandes :- Que ocupam a área que já está edificada?

O Sr. Vereador Manuel Salgado :- Que ocupam a área que já está edificada mais aquele bocado ali daquele lado, exatamente, portanto, o jardim e o espaço que não está edificado fica como zona verde aqui em Benfica.
O último prédio....

O Sr. Vereador António Prôa :- Sr. Vereador, é possível interromper?

O Sr. Vereador Manuel Salgado :- É.

O Sr. Vereador António Prôa :- Tenho uma dúvida breve que tem que ver tão somente com o desenho, é só tentar perceber o porquê desta opção por colocar os edifícios na zona anexa ao espaço verde, porque é que a opção é por construir em cima daquilo que já está construído voltando o jardim no fundo para aquela zona de estrada e de caminho-de-ferro, porque não fazer o contrário, portanto, fazer o jardim voltado para o miolo do resto da zona edificada? Era só essa a dúvida.

O Sr. Vereador Manuel Salgado :- A razão é que o próprio Palácio tem um jardim, tem um jardim de bucho que nós queremos ampliar e, portanto, queremos em vez de anular aquele jardim queremos exatamente ampliar o jardim e, portanto, isso levou-nos a concentrar a construção junto da malha que já existe, depois está ali uma mancha, um corredor que está marcado com um amarelado que é onde passa o caneiro e, portanto, aquilo que entendemos que era como solução urbanística a melhor solução era ampliar o jardim do Palácio e integrar o Palácio na zona verde e trazer a zona verde até à Conde de Almoester e concentrar as edificações do lado sul encostado aos edifícios que já existem, pareceu-nos que era a melhor solução, foi essa a opção que os serviços apresentaram e que eu por mim considero que é, é evidente que podia ser tudo ao contrário, mas isso...

O último prédio são três edifícios localizados junto ao Forte do Alto do Duque e aquilo que o Plano Diretor estabelece é que é área verde, a área verde não

pode ter qualquer outro uso, é vidente, os edifícios como o Sr. Vereador António Prôa dizia há pouco, tomara ele viver ali! Também eu! De fato devem ser uns excelentes edifícios para viver e poderia ser interessante que os edifícios por exemplo tivessem, sei lá, se fosse qualquer outro uso turístico ou o que fosse, mas a verdade é que aquilo que nós estamos a fazer com esta alteração é a definir os usos, se implica ou não implica alterar o Plano Diretor, de acordo com o Plano Diretor os usos habitacionais ou turísticos são permitidos ali, cabe ao Governo, ao Ministério da Defesa ou a quem for, a Direção Geral de Tesouro e Finanças, quando fizer a hasta pública definir se de fato é uma habitação de luxo, ou se é uma habitação social ou se é o que for e, portanto, estas são as propostas.

Neste momento estas alterações ao Plano, portanto, aquilo que se propõe é aprovar, se for aprovada esta proposta, já tem parecer da CCDR, é alterar, é enviar para a Assembleia Municipal para a Assembleia Municipal se pronunciar e depois disso tornar eficazes se assim for decisão da Assembleia, tornar eficazes estas alterações. Muito obrigado.

O Sr. Vice- Presidente :- Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa :- Muito obrigado Sr. Presidente, eu já tinha aliás, quero dar nota de que tivemos uma reunião de trabalho em que tivemos oportunidade de recolher alguma informação relativamente não só a esta como a outras propostas que estão agendadas, enfim, esperaríamos ter tido, ter havido informação que não tivemos, de qualquer forma estamos aqui numa atitude de não obstaculizar, portanto, com toda a disponibilidade para discutir estas propostas e no que diz respeito em concreto a esta reserva que eu queria aqui manifestar, já tive oportunidade de o fazer pessoalmente com o Sr. Vereador, aliás e muito bem que fez referência a ela, diz respeito precisamente a esta alteração em concreto no Alto do Duque.

Eu há muito tempo que defendo que o Parque Florestal de Monsanto deve ser isso mesmo, parque florestal de uso público, aberto à população para ser usufruído por toda a gente e, portanto, outros usos são do meu ponto de vista indesejáveis, nomeadamente e sabemos que o Parque Florestal de Monsanto esteve ao longo de muitos anos por parte de muitos responsáveis foi alvo de uma tentação às vezes conseguida de ocupação para outros usos, ou seja, equipamentos relativamente pesados como a Universidade Técnica de Lisboa ou bairros sociais, enfim, ao longo da história fomos vendo Parque Florestal de

Monsanto sendo, enfim, ainda que não muito significativamente, face à área total, mas tem vindo a ser ocupado, e o que me custa, com toda a franqueza, aqui observar, é que ao vermos que o Ministério da Defesa liberta ou pretende desafetar algumas parcelas que são sua propriedade, não aproveitarmos a oportunidade para cobrir aqueles espaços com aquilo que, do meu ponto de vista devia lá estar, que era a continuidade da zona verde, da mancha verde naquela zona do Parque Florestal de Monsanto, e causa-me ainda mais, tenho ainda mais reserva a perspetiva, e eu sou absolutamente respeitador que que é propriedade privada, mais, acho um privilégio para que, caso aquelas parcelas venham a ser de habitação, enfim, não quero, porque não é um sentimento cristão, invejar o usufruto, o privilégio que os ditos proprietários poderão ter de viver ali no centro de Monsanto, mas francamente acho que seria desejável poder evitar um uso privado naquela zona, ou seja, de duas, uma, eu ficaria mais satisfeito por ver, ou cobrir aquela zona com um espaço verde, ou aproveitar aquelas construções para um uso que não fosse privado, ou pelo menos que tivesse alguma virtude do ponto de vista da atratividade ou da promoção da utilização do Parque Florestal de Monsanto, e a questão do uso turístico por exemplo, veria mais admissível do que propriamente o uso banal privado de habitação.

Era esta a nota que não queria deixar de fazer nesta oportunidade, pese embora compreenda entre todas as limitações, mas não queria deixar de fazer este comentário, Sr. Vereador.

O Sr. Vice-Presidente: - Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Muito obrigado Presidente, esta, a resolução do Conselho de Ministros que enquadra esta proposta, no fundo esta resolução trata da alienação de património público para o mercado imobiliário privado, o que, como é evidente, orientação que, como é evidente, suscita a nossa oposição, acresce que a alteração suscitada por esta proposta, ao conferir aptidões, aptidão de uso do solo às áreas envolventes, às áreas desafetadas das áreas envolventes, e atendendo à revisão do PDM concluída e que consabidamente mereceu a nossa oposição, todo este contexto, no fundo consolida as famosas oportunidades, que são oportunidades boas de negócio, em que o interesse público é sacrificado ao interesse privado, nesta medida e para espanto certo e seguro do Dr. Fernando Seara, nós vamos votar contra e iremos apresentar uma declaração de voto.

O Sr. Vereador (?): - Tomei nota do certo e seguro, principalmente do seguro, muito obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado.
Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente, vamos lá ver, eu neste caso concreto Sr. Vereador João Ferreira, tenho alguma dúvida sobre o que é o interesse público, porque a deliberação de Conselho de Ministros diz que é a rentabilização imediata, através da venda ou constituição de direito de superfície, mediante Hasta Pública, com vista à capitalização do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, portanto a minha dúvida é se o interesse público é ficarmos nós com o terreno para o utilizarmos pelo município, ou se é capitalizar o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, mas portanto, como eu não sei responder a esta dúvida, fica no ar. Mas eu gostava de dizer que a intervenção do Sr. Vereador António Proa, deu-me uma sugestão duma proposta que vou trazer à Câmara, aqueles três prédios em Monsanto são tão pequeninos que o valor também não deve ser nada de afligir, e portanto é propor à Direção Geral de Tesouro e Finanças avaliar aqueles prédios, e permutarmos aqueles prédios por uns prédios nossos, o que não vai defraudar as expectativas do Fundo de Pensões dos Militares, e demolir aqueles três edifícios e reconstruir, e replantar a Mata de Monsanto, portanto e em breve trarei essa proposta à Câmara, muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado.

Sr. Vereador António Proa.

Se registaram esta sintonia de convergência total com o Vereador com o Pelouro das Finanças, Sr. Vereador António Proa

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício e Sr. Vereador Manuel Salgado, queria aqui apenas registar com toda a franqueza e frontalidade a minha satisfação pela sua intenção que será acolhida seguramente por parte, pela minha parte, aqui na Câmara, assim que vier, com aplausos, porque me parece que, de fato, damos aqui um sinal, ainda para mais, como o Sr. Vereador teve oportunidade de dizer, o valor não será por aí além e isso permitirá com certeza tranquilizar um pouco o Sr. Presidente em exercício que tem também a responsabilidade da gestão financeira do

município, e não sendo é sobretudo do ponto de vista simbólico, um sinal que me parece muito interessante, e portanto queria registar com satisfação esta sintonia, esta concordância também com a observação que eu fiz.

Muito obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Srs. Vereadores. Não havendo mais intervenções, passava-mos à votação da proposta, por isso está em votação a proposta 851/2013, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra dos dois Vereadores do PCP, e o voto a favor das restantes bancadas.

O Sr. Vice-Presidente pôs a proposta n.º 851/2013 à votação a qual foi aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP).